

“LEITURA” GEOGRÁFICA DA PRÁXIS SOCIAL DO TRABALHO*

Antonio Thomaz Júnior **

Resumo

Neste texto nos propomos refletir o estranhamento enquanto dimensão que obstaculiza a compreensão do trabalho enquanto totalidade social dentro e fora do ato do trabalho. Para o trabalhador de maneira geral é um desafio compreender essa disjunção, e portanto pensar e agir de forma unificada. Abordaremos a amplitude e a pluralidade territorial do processo social que rebate diretamente na compreensão parcial e estranhada da totalidade social (do ser que trabalha).

Palavras Chave

práxis social; dinâmica geográfica; plasticidade do trabalho; unificação orgânica

1. Introdução

As novas *ofensivas* do capital sobre o trabalho para fortalecer/manter a sua hegemonia, se expressam de diferentes maneiras, sendo, pois, as principais: o controle das lutas sociais (do conflito); a desregulamentação dos direitos do trabalho; o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, ou da fragmentação da práxis social do trabalho; a intensificação da precarização da força humana que trabalha, etc.

Queremos enfatizar nesse momento a dimensão da fragmentação da práxis social do trabalho, que se expressa na incomunicabilidade entre as formas de existência dentro e

* Este texto é produto das investigações diretamente ligadas ao Projeto de Pesquisa “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, financiado pelo CNPq, nas alíneas PQ/2B e Universal. Foi apresentado no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Goiânia, julho de 2004. Depois de modificado e ampliado ganhou a configuração atual, e foi publicado na Revista **Abalar**, Santiago de Compostela, n.5, 2005.

** Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/ FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador CNPq/PQ/2B); pesquisador visitante e bolsista em nível de pós-doutorado (CNPq) junto à Faculdade de Geografia e História/Universidade de Santiago de Compostela; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho“ (CEGeT) <www.prudente.unesp.br/ceget>; autor do livro “Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana”, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002; coordenador do Projeto Editorial Centelha. E-mail: thomazjrgeo@prudente.unesp.br

fora do trabalho. Isto porque essa é face comum para o conjunto da classe trabalhadora e não tem merecido a atenção devida de pesquisadores, trabalhadores, sindicatos e do movimento social de maneira geral.

A chamada de Marx por meio da metáfora *o caracol e sua concha*¹, nos inspira à reflexão da despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a clivagem e alienação dos meios de produção. Daí a separação entre *o caracol e sua concha*, ou seja, a dicotomia entre o viver e o trabalhar, a separação entre o local de trabalho/produção e o local de vida/reprodução, que tem vigência desde os primórdios do capitalismo.

Esse componente do universo do trabalho objeto das nossas pesquisas tem sido focado até então, por dentro das clivagens imanentes à divisão técnica/territorial do trabalho, e os rebatimentos nas corporações sindicais (nos campos e nas cidades), com as atenções voltadas para as disputas políticas, as ações organizativas, etc. Agora nos ocupamos em considerar essas experiências, mas sobretudo, apontar algumas reflexões produto das investigações que nos têm possibilitado pensar sobre os mecanismos de estranhamento que obstaculizam a compreensão do trabalho enquanto totalidade social dentro e fora do ato do trabalho.

Essa preocupação ganha sentido e amplitude porque está situada no bojo das demais pesquisas desenvolvidas no âmbito do CEGeT. Em “O Metabolismo do Capital em São Paulo: Controle e Fragmentação do Trabalho”², oferecemos ao debate nossas reflexões iniciais sobre a fragmentação da práxis social do trabalho.

Para nós, isso marca uma nova etapa de estudos e reflexões a respeito da dinâmica espacial da estrutura de poder e do controle social do capital sobre o trabalho. Caminho aberto para as investigações que pretendemos desenvolver daqui para adiante, para que possamos tentar compreender um pouco mais do que (re)define as facetas do trabalho, identificadas (fragmentadas) pela expressão do metabolismo do capital.

É como se estivéssemos num nível mais profundo do estranhamento e, portanto, nos deparando com o hiato existente no âmbito da organização política, para os trabalhadores, entre as relações sociais nos momentos da produção e da reprodução do capital. De um lado estão as entidades sindicais que devem cuidar das reivindicações ou das questões voltadas para o salário e melhores condições de trabalho; por outro lado, as associações de moradores que devem cuidar das reivindicações específicas para a melhoria

¹ Cf. MARX, 1985.

² Este texto foi publicado no livro *Desafios do Trabalho*, organizado pelos professores Roberto Leme Batista e Renan Araújo, e publicado pela Editora Práxis, maio de 2003.

das condições de habitabilidade (equipamentos urbanos, serviços, casa, etc.), sendo, pois, dois mundos distintos e desarticulados espacial e territorialmente.

Vale ressaltar o quão desafiador é, para o trabalhador de maneira geral, compreender essa disjunção, e portanto agir unificando as ações no trabalho e fora dele, tal como os exemplos dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra (apesar de vivenciarem muito proximamente a morada e o trabalho), e também para os assalariados dos campos. Esses sim, muito mais próximos das experiências vividas de fragmentação da práxis social dos trabalhadores urbanos. Portanto, não se trata de privilegiar segmentos se urbano, se rural – até porque o trabalhador assalariado rural, na grande maioria dos casos (diarista não residente ou bóia-fria), também reside nos centros urbanos –, mas de abordar a amplitude (pluralidade) territorial do processo social que reserva ao trabalho já *fetichizado* pelos filtros sociais que iniciam em sua técnica do trabalho e rebatem na compreensão parcial e estranhada da totalidade social (do ser que trabalha).

É certo que esse retrato do tecido social é mais uma demonstração de que estão ocorrendo mudanças de vulto no universo do trabalho, o que denominamos metaforicamente de *mutações*.

Se o sinal aparente desse processo se expressa nas (re)configurações geográficas e espaciais, refeitas a cada instante – a depender da conjuntura e/ou de elementos estruturais –, nas diferentes combinações/(des)realizações da territorialização, da desterritorialização, e da (re)territorialização do trabalho, temos, então, que o desenho societal que as formas geográficas de existência do trabalho manifesta é a porta de entrada para o desvendamento dos fetiches territoriais e das travagens que obstaculizam a consciência de classe.

Um conjunto de assuntos estão sendo investigados e discutidos no âmbito da temática do trabalho³, mas não se põe para nós, nesse momento, ampliar as atenções

³ Os assuntos em estudo no âmbito do CEGeT podem ser agrupados nos seguintes eixos:

1) Desenvolvimento das Forças Produtivas no Campo, Novas Formas de Gestão e Controle do Trabalho pelo Capital e pelo Estado e os Impactos na Luta de Classes.

1.1) “O Poder da Mídia no Projeto de Desenvolvimento do Capital na Agricultura. A Modernização, Tecnologia e Rearranjo Territorial no Sudoeste do Paraná”. (Doutorado).

1.2) “A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. (Doutorado).

1.3) “As Redefinições Técnico-Produtivas e Organizacionais do Capital Agroindustrial Canavieiro no Brasil: Transformações Territoriais e os Desafios para o Trabalho”. (Doutorado).

1.4) A Agroindústria Canavieira no Oeste Paulista: Desenho Territorial e Relação Capital x Trabalho. Projeto de Iniciação Científica.

2) Sentidos e Significados da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, para o Trabalho, no Brasil. Intervenção/Regulação Estatal, Políticas Públicas e Ação dos Movimentos Sociais.

2.1) “Luta pela Terra, Escala e Controle Social”. (Doutorado).

2.2) “A Luta pela Terra, o MST e o Papel da Imprensa”. (Mestrado).

indiscriminadamente para todas as esferas do trabalho, tampouco para as polêmicas teórico-metodológicas e seus desdobramentos no âmbito da Geografia, quiçá para as demais áreas do conhecimento. Portanto, não é do nosso interesse esgotar o inesgotável elenco de questões que fazem parte do universo do trabalho, as inúmeras correntes teóricas de interpretação e a totalidade dos autores.

Esse aprendizado fundado nos diversos assuntos sobre a temática do trabalho, tem como parâmetro teórico, metodológico, epistemológico, ontológico, apreender o trabalho na Geografia, sob duplo nível de existência. De um lado o metabolismo da relação homem x natureza e, por outro no âmbito da regulação espacial, mas por dentro da dinâmica territorial dos processos espaciais imanentes que se materializam nas configurações geográficas.

2. A estrutura de dominação do capital sobre o trabalho e o conhecimento científico

Reconhecer as marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade que vivemos é a chave para identificarmos as contradições, os conteúdos e os sentidos do exercício de dominação dos setores hegemônicos (burguesia, capital, Estado) e também as lutas de resistência, emancipatórias e de outros matizes que se espalham pelos quatro cantos do planeta, entre as diferentes expressões do movimento social.

2.3) “Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema: Trama Social e Dinâmica Territorial. (mestrado).

3) Precarização e Informalidade.

3.1) “O Trabalho no Lixo: Informalidade e Precarização do Trabalho no Circuito Econômico da Reciclagem”. (Doutorado).

3.2) Informalidade e Precarização do Trabalho: A Camelotagem em Presidente Prudente (SP). (Iniciação Científica).

3.3) “Carvoaria e Exploração do Trabalho no Mato Grosso do Sul”. (Mestrado).

3.4) “Território Fragmentado e Alienação do Trabalho”. (Doutorado).

4) Gênero, Classe e Relações de Poder nos Campos e nas Cidades.

4.1) “A Participação da Mulher na Luta Pela Terra: Uma Questão de Classe e/ou Gênero. (Mestrado).

4.2) “Intensificação do Controle Social do Capital sobre o Trabalho Domiciliar em Presidente Prudente (SP): Uma Contribuição para os Estudos de Gênero e para a Geografia do Trabalho”. (Doutorado).

5) (Des)Qualificação/(Re)Qualificação do Trabalho e os Papéis Sociais Recriados.

5.1) “A Dimensão Territorializante da Qualificação do Trabalho no Oeste Paulista. (Doutorado).

5.2) “Reestruturação produtiva do Capital e Requalificação do Trabalho: A Territorialização do SENAI em Catalão (GO)”. (Mestrado).

5.3) “Adinâmica das Mudanças Ocupacionais do Trabalho na Região de Presidente Prudente: Faces e Nuances do Metabolismo do Capital. (Iniciação Científica).

Nesse sentido, vale destacar a imprescindibilidade do primado do sujeito na teoria social, que também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, o que nos põe diante do desafio de resgatar todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria chave para a compreensão da história.

Entendemos que, por meio da Geografia do trabalho, podemos acrescentar conhecimento crítico a uma possível teoria espacial/territorial do trabalho, capaz de edificar-se elegendo o trabalho como categoria chave da compreensão da história e também o seu papel de centralidade na teoria social. No entanto, enraizado e expressando a um só tempo e de forma articulada a dimensão da relação metabólica homem-meio, quanto a dimensão da regulação sociedade-espço, nas suas diferentes manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado, etc.).

Para tanto, é importante refletirmos que nessa relação que propomos priorizar o primado do sujeito, é componente imprescindível aprendermos com o objeto, com os atores sociais que interlocutamos.

Em pauta está refletirmos no interior da luta de classes as mutações da categoria trabalho e os rearranjos espaciais e suas expressões materializadas num movimento contínuo que se territorializa sob múltiplas determinações, que afetam direta e centralmente as entidades de representação da classe trabalhadora. Por sua vez, essa complexa trama de relações requer para ser compreendida na sua totalidade, que promovamos a transgressão das fronteiras que limitam as diversas faces que a compõem (por exemplo, se no campo, se na cidade). Caso contrário, não conseguiríamos entender as formas de ser do trabalho como parte intrínseca do metabolismo social do capital, sob o foco da Geografia.

Marx (1988), por meio de muita contundência, tentou implodir com as fragmentações, quando afirma que o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações. Quando afirmou que a única ciência é a História, não estava defendendo isoladamente o fatiamento que sob o ângulo positivista é o regramento fundante do que se entende por conhecimento científico. Então, sob o referencial do materialismo histórico, nos propomos tentar articular e fundamentar as diversas disciplinas numa perspectiva que apreenda essas múltiplas determinações do ser social, ou seja, apreender o real na sua plenitude, recolocar a relação sujeito–objeto.

Daí a necessidade de trazermos para o nosso campo de reflexão dois movimentos articulados e simultâneos: construção e destruição da Geografia do trabalho. Isto é, se de um

lado, nos propomos a construir mecanismos de absorção da temática do trabalho para o universo de reflexão da pesquisa em Geografia, por outro, não se trata de constituirmos a Geografia do trabalho como prática do recorte disciplinar, ou como corrente nova na Geografia. Devemos apelar sempre para o mundo do trabalho real e não para os limites da academia ou ao seu horizonte institucional, pois na qualidade de intelectual orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital.

Está em questão reconstituir as capilaridades internas ao universo do trabalho e os significados das formas de existência ou a plasticidade, no plano da paisagem e do cotidiano, para o plano do concreto em pensamento, síntese de múltiplas determinações. Em outros termos, como pressuposto para contribuir para a formulação de investigações e estudos críticos e direcionados à construção de referenciais anticapital e emancipatórios.

A construção lenta, mas gradual e crescente das referências teóricas para a efetivação da “leitura” geográfica do trabalho é o que está nos possibilitando participar desse debate. Todavia, até por uma questão iminente, nossos limites nos impossibilitam avançar sobre toda a extensão da complexa temática do trabalho e dos sentidos polissêmicos, tampouco conhecer integralmente toda a bibliografia, o que não nos isenta de recorrer às diversas áreas de especialização do trabalho científico. No entanto, os aprofundamentos realizados sobre os assuntos estudados, certamente nos deixam mais a vontade para transitarmos pela literatura, tanto específica, como geral e de suporte teórico-metodológico.

Por essa via estamos construindo referenciais para identificarmos os desafios que se apresentam para a busca infinda da superação dos limites intelectuais, que somente serão efetivamente tratados mediante a práxis da pesquisa (teórica/empírica) e da convivência com os atores sociais envolvidos no espaço de relações geograficamente definido. Daí, uma possível teoria espacial do trabalho possa frutificar desse esforço coletivo, mas que no âmbito da nossa produção já possa haver algumas pistas desse aprendizado coletivo para que consigamos socializar junto aos nossos interlocutores os exercícios de compreensão crítica de alguns aspectos da classe trabalhadora no Brasil hoje.

3. Geografia do trabalho no século XXI

Em Marx encontramos a formulação original, na qual o capital é uma categoria histórica, um modo de desenvolvimento sócio-metabólico que se constitui no decorrer da

história humana, do intercâmbio metabólico entre homens e natureza e entre homens e homens, mas sabendo, pois, que o trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Ou seja, não estamos defendendo nenhuma disjunção ou nos propondo a uma “leitura” binária de algo que é ontologicamente componente de um mesmo complexo. Nos nossos últimos textos⁴, dedicamos atenção para essa questão, sendo que os debates e apresentações em eventos também têm nos proporcionado refletir com outros pesquisadores essa formulação.

Os conseqüentes significados que desses cenários extraímos, e que recortamos para estudar ou analisar geograficamente - como já expressamos numa formulação original⁵ - apontam consoante à especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que enquanto (des)naturalização, (des)territorialização, (re)territorialização, nada mais são do que o movimento plural de edificação do mundo do trabalho e o seu devir ontológico.

Mais ainda é como se estivéssemos dirigindo nossas atenções para interpretarmos a “leitura” da economia política feita por Marx, em *O Capital*, e nos *Grundrisse*, considerando como elemento fundante a constante (re)organização da sociedade, a estrutura espacial e os significados e nexos territoriais, sendo, pois, o espaço, a categoria abarcante que referencia o uso interligado com o território.

Assim, baseamos nossas reflexões, na compreensão do trabalho como elemento fundante do ser social, o que se traduz em superar o aparente dilema que se interpôs entre a “centralidade ontológica do trabalho e a irredutibilidade do ser social ao trabalho”.⁶

É necessário que se faça distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, sabendo-se que o trabalho abstrato cria valor-de-troca e o trabalho concreto cria valor-de-uso.

A distinção entre essas dimensões do trabalho é de extrema importância, pois na sociedade capitalista o valor de uso perde espaço para a supervalorização do valor de troca, encimado no processo produtor de mercadorias e guiado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, pois o que importa agora não é o conteúdo do trabalho, mas sim a sua quantidade.

A totalidade social no capitalismo tem em sua centralidade o fetiche da mercadoria e a transformação do trabalho em uma dupla condição (produtor de valores de

⁴ Especialmente “Por uma Geografia do Trabalho” (2002); “O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais: os Limites da ‘Leitura’ Geográfica” (2003); “A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI” (2004); “O Trabalho como Elemento Fundante para a Compreensão do Campo no Brasil (2003); “A (Des)ordem Societária e Territorial do Trabalho (Os Limites para a Unificação Orgânica)”, (2003).

⁵ Cf. THOMAZ JR, 2002.

uso e produtor de valores de troca), sendo, pois, essa condição indissociável. Isso caracteriza, sob o metabolismo societário do capital, a mercadoria como razão-de-ser das ações humanas no capitalismo.

Assim, diante das transformações atuais do trabalho e seguindo as pistas de Antunes (1995), avaliamos ser imprescindível considerarmos as suas dimensões, particularmente quando tratamos da crise da sociedade do trabalho. Esse assunto requer que explicitemos que dimensão se trata: se é uma crise do trabalho abstrato ou do trabalho concreto. A crise do trabalho está, pois, ligada à crise do trabalho abstrato, ou a forma de ser do trabalho sob o reino das mercadorias e que assume um caráter estranhado sob a vigência do capitalismo.

Diante disso, ponderamos ser um equívoco propor o fim do trabalho ou a perda de sua centralidade enquanto perdurar a sociedade capitalista, como defendem alguns⁷. Vale notar, pois que no âmbito da crítica marxiana à economia política, temos uma discordância com Kurz (1993) pois, apesar de o trabalho sob a vigência e mando do capital ser estranhado e, por conseqüência, desefetivação, desidentidade, e desrealização – para resgatar as palavras de Marx⁸ - é também fonte de criação de humanização, é superação/negação/emancipação do trabalho estranhado, o que nos permite pensa-lo como revolucionário.

Há, portanto, uma dialética do trabalho (negatividade/positividade) que se ignorada ou negligenciada, redimensiona radicalmente o debate em torno da centralidade do trabalho e, conseqüentemente, da potência emancipadora do trabalho. Por suposto, seria praticamente impossível imaginar a eliminação do trabalho, ou até em certo limite, a classe trabalhadora enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital. Por meio da perspectiva marxiana, re colocamos essa questão nos seguintes termos: superação do trabalho abstrato, e em seu lugar a vigência do trabalho concreto, vinculado à produção de valores de uso ou de bens para a satisfação das necessidades, sendo que o produto disso possibilitaria o tempo livre, a materialização de uma vida cheia de sentido e a emancipação humana.

Nossa filiação a essa avaliação e a consecução das pesquisas nos tem possibilitado apreender que sob a vigência do capitalismo, o exercício do controle social do capital sobre toda a sociedade e, particularmente, sobre o trabalho enraíza instrumentos de

⁶ Cf. ANTUNES, 1999.

⁷ É o caso, por exemplo, de André Gorz (1986); Clauss Offe (1991); Robert Kurz (1993).

⁸ Cf. MARX, em O Capital (1982); Capítulo VI inédito (1986).

coação/subordinação/dominação de classe, que por meio de processos dinâmicos e contínuos impõem as inúmeras faces do estranhamento para o ser que trabalha, cada vez mais ganhando em sofisticação técnica e performance tecnológica.

Com isso queremos dizer que as avaliações do nosso tempo, as objetivações da era do capital no século XXI devem nos permitir retomar Marx, o que significa pautarmos nossas reflexões nos princípios fundantes que nortearam sua crítica à economia política. No entanto, a situação histórico-concreta nos ajuda a (re)fazer constantemente (dialeticamente) o aprendizado que a teoria nos proporciona. Isto é, a análise das obras clássicas não pode prescindir da compreensão histórica dos embates de classe.

Isto é, a centralidade do trabalho na criação do valor hoje, ainda que esteja sendo intensamente alterada, não só não invalida a teoria do valor, mas nos põe a pensar por meio da regulação espacial, o que o trabalho tem de igual e de diferenciado e em que medida ainda ele tem possibilidades emancipatórias, que não se resumem ao trabalho em si, mas que tem nele seu ponto central. Entendemos o trabalho nas suas múltiplas formas de externalização, e as metamorfoses que recaem sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, e ainda as diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva) com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora.

4. Unificação orgânica do trabalho: um desafio!

É importante ressaltar o fato de que a crítica de Marx não foi dirigida ao capitalismo, mas ao capital, pois não estava preocupado em demonstrar as deficiências da produção capitalista, mas estava imbuído da tarefa de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades estão subordinadas à produção/reprodução do capital.

É como aponta Mészáros (2002), a supressão do antagonismo estrutural do sistema do capital só será removido pela supressão radical da relação capital x trabalho que, como sistema orgânico domina totalmente o sociometabolismo. Seria o mesmo que dizermos que o capital é uma força controladora, que somente pode ser removida por meio da

transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade. O autor arremata enunciando que é impossível enganá-lo⁹.

Devemos questionar também as limitações para apreender as capilaridades existentes entre a cidade e o campo, ou mais precisamente, entre as formas de expressão do trabalho nessas duas manifestações do tecido social e que redimensionam as reflexões sobre o universo do trabalho, o movimento operário e os movimentos sociais como um todo. Por sua vez, isso faz emergir em cena a questão do sujeito que trabalha e todas as dimensões (teóricas, políticas, ideológicas, sociais, etc.) da classe trabalhadora, que a compõem, etc. Se buscamos entender quais são os sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação ganha sentido na medida da amplitude das suas formas de realização e não referenciado no recortamento (territorial) ideado (se no campo ou na cidade) ou presumido teoricamente (material ou imaterial), etc. Ou ainda, se não há mais sujeitos capazes de mudar o mundo, o trabalho como mediação também perde o sentido.

Não havendo restrição e pré-determinação para a investigação no tocante a delimitação (prévia) do recorte territorial, apostamos nos entrecruzamentos que podem revelar as clivagens, produto da divisão técnica/territorial do trabalho, que esvaziam a totalidade do ser que trabalha.

Dessa forma, estaríamos repondo em questão a fluidez com que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora, extrapolando, inclusive, os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; servente de pedreiro na construção civil, metalúrgico e, em outros momentos, temporada, ser ocupante de terra, saqueiro, camelô, isqueiro, etc. É essa constante remodelação de sentidos e significados do ser que trabalha e que no dia-a-dia se envolve na lavra, que assumimos para focar o exercício constante da plasticidade expressa nas diferentes formas de realização do trabalho, tanto nos campos quanto nas cidades. O rico e instigante exercício teórico e conceitual presente nos assuntos que estamos desenvolvendo no âmbito das nossas pesquisas, nos tem permitido ampliar os horizontes de compreensão sobre o universo do trabalho¹⁰.

Nossas investigações nos têm exigido exercícios teórico-metodológicos compatíveis às diferentes formas de externalização do trabalho, concretizadas por meio das

⁹ O contexto dessa idéia está ligado à questão do socialismo de mercado, formulação tão combatida pelos marxistas filiados às correntes mais radicais, dos quais István Mészáros é um dos principais expoentes, assim como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e tantos outros.

propriedades que dão sentido e conteúdo ao movimento ininterrupto de (re)configuração geográfica dos processos sociais. Estes, pois, vistos enquanto materialidade da divisão técnica/territorial do trabalho, são fundamentais para apreendermos as mediações que se interdeterminam na trama dialética da territorialização, da desterritorialização, da (re)territorialização, seja nos campos, seja nas cidades. Isto é, estaríamos qualificando do ponto de vista geográfico, os sentidos do trabalho, os conteúdos das materialidades funcionais e a dimensão da subjetividade, que demarcam o significado e a magnitude da fragmentação da sua práxis social. Pensamos ser possível visualizarmos a plasticidade constantemente redesenhada no interior da classe trabalhadora e, conseqüentemente, as capilaridades que refazem os nexos existentes entre as dimensões geográficas, econômicas, políticas, sociais, etc.

Basta ilustrar essa preocupação por meio das nossas experiências de pesquisa, o que nos autoriza adiantar, a título de exemplo que, quando apreendemos os vínculos entre a cidade e o campo, ou as formas de realização do trabalho, nos propomos entender que não se trata de igualar uma a outra. Tampouco, estabelecer a prevalência ou a determinação dessa sobre aquela ou vice-versa (tal como as formulações “o campo acabou”), sem antes focar o processo social, a estrutura espacial, mas também considerarmos as diferenças no tocante às especificidades das relações de trabalho, da relação metabólica que o homem estabelece com o meio e consigo mesmo e, em conseqüência, a identidade do sujeito que trabalha, que está envolvido na lavra cotidiana e se territorializa enquanto (re)configuração geográfica e espacial dos processos sociais.

É, então, sob tais condições concretas de inserção no processo social, aqui e ali, que entendemos que a unificação orgânica cidade-campo no âmbito do trabalho só é possível se forem vencidos os obstáculos que estão vinculados à divisão social, técnica e territorial do trabalho, base imprescindível da contradição capital x trabalho, portanto, do constructo do metabolismo societário do capital. Esses são os parâmetros fundantes da estrutura espacial e que podem nos revelar as travagens políticas, ideológicas e territoriais que obstaculizam as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões do trabalho, ou mais propriamente, à complexa composição da classe trabalhadora.

O espalhamento desse referencial, internamente ao universo do trabalho, tendo em vista o peso decisivo do estranhamento e da alienação, amplia sobremaneira as travagens que

¹⁰ Mais recentemente encontramos artigos na Revista Nueva Sociedad, editada em Caracas, que estão nos ajudando a ampliar os horizontes da interlocução em respeito à temática do trabalho. Ver: Campillo e La Garza, 1998; Sengenberger, 2004; Lucena, 2003.

determinam a (des)identidade de classe do trabalho, ou a noção de pertencimento ao universo simbólico de classe. O desreconhecimento da autenticidade/legitimidade das formas de organização/representação dos trabalhadores que não seja os sindicatos, as federações, as confederações, as centrais, como as associações, as cooperativas e as demais expressões organizativas dos trabalhadores, e vice-versa, aliás característica imanente dos movimentos sociais no Brasil, nos põem preocupados diante dos desafios que se apresentam para a classe trabalhadora.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, G. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

CAMPILLO, M.; LA GARZA, E. Hacia dónde va el trabajo humano? **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 157, sep. Oct., p. 34-53, 1998. Disponível em: www.nuevasoc.org.ve

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: forense, 1982.

GORZ, A. *Metamorfozes do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.

HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Lavel, 2000.

LUCENA, H. *Wl movimiento sindical ante las nuevas formas de organización del trabajo*. **Nueva Sociedad**, n.184, mar. abr., p. 129-139, 2003. Disponível em: www.nuevasoc.org.ve

- MARX, K. *Capítulo VI Inédito de o Capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Cidade do México: Siglo Vientiuno, 1987.
- MÉZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉZÁROS, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. *Revista Geográfica*, Bauru, n. 20, 2001.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- SENGENBERGER, W. Globalizacion y progreso social. La función y el impacto de las Normas Internacionales del Trabajo. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 191, p.9-23. Disponível em: www.nuevasoc.org.ve
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v.3, número especial, agosto de 2002. Disponível em versão eletrônica: www.prudente.unesp.br/ceget
- THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais: Os Limites da ‘Leitura’ Geográfica. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru, ano 9, v. 9, n.1, jan. abr., 2003a.
- THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. *Revista de Geografia*, Dourados, ano 9, n.17, jan. jun., 2003.
- THOMAZ JÚNIOR, A. O metabolismo do capital no campo no Estado de São Paulo: Fragmentação e alienação do trabalho. IN: BATISTA, R. L. & ARAÚJO, R. *Desafios do Trabalho – capital e luta de classes no século XXI*. Londrina: Práxis, 2003c.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do Século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, n. 1, v. 4, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *Revista Geosul*, Florianópolis, n.37, jan. jun., 2004.

WATERMAN, P. Space, place and the new labour internacionalism. *Antipode*, Leeds, v.33, n.3, 2001.